

Redução da tributação Solução de Divergência

Em tempos atuais, onde as atenções e comentários estão voltados para os possíveis impactos decorrentes da proposta do governo para a Reforma Tributária, a Secretaria da Receita Federal, por meio da Solução de Divergência nº 11, de 21 de julho passado, promoveu uma significativa redução na tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as clínicas médicas prestadoras de serviços de ortopedia, traumatologia, complementação diagnóstica e terapêutica, entendidos como tal os exames radio-lógicos e diagnósticos por imagem.

De acordo com a mencionada Solução de Divergência, emitida pela Coordenação Geral de Tributação – Cosit, tais serviços caracterizam-se como *“atribuições de atendimento a pacientes internos e externos em ações de apoio direto ao reconhecimento e recuperação do estado da saúde”*, podendo, desta forma, enquadrarem-se como serviços hospitalares, o que implica em uma redução da alíquota de 32% para 8% na apuração do IRPJ para fins de determinação do lucro presumido.

Não obstante, tardia essa posição adotada pela Secretaria da Receita Federal há muito vem sendo esperada pela classe ora beneficiada. Após diversas discussões, quer no âmbito administrativo, quer no âmbito judicial, as divergências sobre a matéria parecem ter chegado à termo.

Nesse passo, importante trazer o conteúdo na Solução de Divergência nº 11: “EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAIS. SERVIÇOS MÉDICOS PRESTADOS POR CLÍNICAS DE ORTOPEDIA, TRAUMATOLOGIA E RADIOLÓGICAS. A prestação de serviços de clínica médica de ortopedia e traumatologia, bem assim, a prestação de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica (exames radiológicos), por se enquadrarem dentre as atividades compreendidas nas atribuições de atendimento a pacientes internos e externos em ações de apoio direto ao reconhecimento e recuperação do estado da saúde, poderão ser enquadradas como serviços hospitalares, podendo ser aplicado às referidas atividades o percentual de 8% (oito por cento), para fins de determinação do lucro presumido.”

Diante de tal preceito, alguns esclarecimentos se fazem necessários para orientar os contribuintes que se enquadram nessa situação, em especial quanto à possibilidade de realizar a compensação dos valores recolhidos à alíquota de 32% no período antecedente à edição da Solução de Divergência em comento. Passemos, então, à análise das implicações da Solução de Divergência nº 11.

A Coordenação Geral de Tributação – Cosit, responsável pela edição da referida Solução de Consulta, é a divisão, dentro da Secretaria da Receita Federal, competente para planejar, coordenar

